

## **ALIENAÇÃO PARENTAL (LEI 12.318/10) E SUA POSSÍVEL AMPLIAÇÃO AO IDOSO NO ÂMBITO FAMILIAR**

Danila Pinheiro da Silva<sup>1</sup>  
Mírian Célia G. de Almeida<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho aborda o tema alienação parental do idoso no âmbito familiar. Considerando a vulnerabilidade de alguns idosos, questiona-se até que ponto a lei de alienação parental pode ser aplicada a estes idosos no âmbito familiar? O objetivo geral do trabalho é compreender se a lei de alienação parental pode ser aplicada a estes idosos no âmbito familiar, especificamente pretende-se discutir sobre alienação parental e os identificar os direitos dos idosos, além de compreender se a vulnerabilidade apresentada por alguns idosos é fator determinante para que o mesmo seja amparado pela lei de alienação parental. Por meio da pesquisa bibliográfica, conclui-se que, os idosos podem ser amparados pela lei de alienação parental, pois a lacuna existente no ordenamento jurídico não pode ser usada como um obstáculo para privar os idosos de seus direitos, visto que, na situação abordada eles se encontram na mesma posição das vítimas abrangidas pela lei 12.318/10.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idoso. Família. Alienação parental. Vulnerabilidade. Aplicação analógica.

### **ABSTRACT**

This work addresses the topic of parental alienation of the elderly within the family. Considering the vulnerability of some elderly people, the question arises to what extent the parental alienation law can be applied to these elderly people within the family? The general objective of the work is to understand whether the parental alienation law can be applied to these elderly people within the family, specifically it is intended to discuss parental alienation and identify the rights of the elderly, in addition to understanding whether the vulnerability presented by some elderly people is determining factor for it to be supported by the parental alienation law. Through bibliographical research, it is concluded that the elderly can be supported by the parental alienation law, as the existing gap in the legal system cannot be used as an obstacle to deprive the elderly of their rights, since, in the situation addressed they find themselves in the same position as the victims covered by law 12.318/10.

**KEYWORDS:** Elderly. Family. Parental alienation. Vulnerability. Analog application.

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

<sup>2</sup> Mestrado em Economia Aplicada e Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV - MG). Especialização "lato sensu" em direito público, ambiental, agrário e Graduação em Direito Fadivale – Gov. Valadares - MG. Membro do Núcleo de Capacitação Científica (NCC-Fadivale). Membro do Conselho Editorial da Revista Fadivale (meio impresso e eletrônico) e dos Anais do Seminário de Direitos Humanos e Internacional e o Painel Científico da Fadivale. Docente, economista e advogada.

## **SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO. 2 O INSTITUTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL. 2.1 AFETO COMO BASE DA FAMÍLIA. 3 OS DIREITOS DOS IDOSOS NO BRASIL. 3.1 ESTATÍSTICAS. 4 A VULNERABILIDADE DOS IDOSOS E A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL 4.1 O IDOSO COMO SUJEITO DE DIREITO. 4.2 CASOS JURISPRUDENCIAIS. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.**

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho contempla o tema, alienação parental do idoso no âmbito familiar, de forma delimitada abordam-se os aspectos gerais e jurídicos que envolvem o assunto.

A alienação é uma espécie de abuso psicológico praticado contra a criança e adolescente, buscando a depreciação de um terceiro, esta situação está amparada por lei, pelo fato desses ainda não possuírem discernimento suficiente para entender a gravidade da situação, o que os tornam vulneráveis.

Apesar dos idosos estarem legalmente amparados pela Constituição Federal de 1988, bem como pelo Estatuto do Idoso, eles não estão elencados no rol de sujeitos passíveis de sofrer alienação parental, mesmo nos casos em que por já estarem em uma idade avançada e não possuírem mais pleno discernimento, encontrando-se em estado de vulnerabilidade.

Nesse contexto, questiona-se: tendo em vista a vulnerabilidade em que alguns idosos se encontram, a lei de alienação parental pode ser aplicada no âmbito familiar? Dessa forma, o estudo trabalha com a hipótese de que sendo a vulnerabilidade um dos pilares para aplicação da referida lei, a regulamentação prevista na lei alienação parental pode sim ser aplicada aos idosos, devendo o poder judiciário analisar de forma pormenorizada o caso concreto, aplicando todos os métodos necessários para averiguar, prevenir e punir sua ocorrência.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é compreender se diante da vulnerabilidade em que alguns idosos se encontram, a lei de alienação parental pode ser aplicada a eles no âmbito familiar. Especificamente, pretende-se apresentar, sucintamente, alienação parental, bem como as suas consequências, além de identificar os direitos dos idosos no Brasil e compreender se a vulnerabilidade apresentada por alguns idosos é fator determinante para que o mesmo seja amparado pela lei de alienação parental.

A importância do tema se justifica em incentivar uma atuação mais ativa do judiciário nesses casos, também visa conscientizar a sociedade que não apenas a criança e o adolescente podem ser vítimas da alienação parental, mas também o idoso, analisando assim, as similitudes existentes entre eles e todos os aspectos envolvendo esses casos.

No tocante à metodologia, utilizou-se uma abordagem dedutiva, valendo-se da pesquisa bibliográfica, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), doutrinas, legislação, artigos científicos e jurisprudências.

O texto está dividido em cinco partes, além desta introdução. O capítulo dois descreve a importância do afeto no seio familiar. O terceiro expõe os direitos dos idosos no Brasil e algumas estatísticas de violência doméstica. O capítulo quatro aborda a vulnerabilidade dos idosos e a lei de alienação parental, por fim as considerações finais são feitas no capítulo cinco.

## **2 O INSTITUTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

### **2.1 AFETO COMO BASE DA FAMÍLIA**

A compreensão do que é família e seus diversos arranjos, é fundamental para que se possa entender sua importância, bem como possibilitar a busca de métodos eficazes para preservá-la, evitando assim, fenômenos capazes de abalar e até mesmo destruir os laços afetivos que a une e que foram construídas a partir dela.

Por ser considerada uma das bases da sociedade, ela recebe uma proteção estatal especial, como se pode notar no o art. 226 da CRFB/88:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Brasil, 1988, p.78).

É nítida a preocupação do Estado em proteger a família de toda e qualquer violência, seja ela física, psicológica, dentro e fora do âmbito familiar, sendo esta proteção também visível no fato de não ser estabelecido pela Carta Magna distinção ou privilégios entre os membros de uma família, seja em relação a sexo, idade,

vínculo por afinidade ou sanguíneo, levando-se em consideração apenas afeto existente entre eles.

A posição adotada pela CRFB/88 é apoiada de forma majoritária pela doutrina, o que pode ser notado em Brauner (2006, p. 257 *apud* Dias, 2015, p. 31):

Compreender a evolução do direito das famílias deve ter como premissa a construção e a aplicação de uma nova cultura jurídica, que permita conhecer a proposta de proteção às entidades familiares, estabelecendo um processo de repersonalização dessas relações, devendo centrar-se na manutenção do afeto, sua maior preocupação.

Nas últimas décadas, a definição de família passou por grandes mudanças, o vínculo sanguíneo deixou de ser visto como forma predominante, dando espaço às relações afetivas.

Faz-se necessário, destacar surgimento das diversas configurações de família reconhecidas hoje no ordenamento jurídico brasileiro, dentre elas, podemos destacar: família matrimonial, monoparental, anaparental, pluriparental, eudemonista, família paralela, família unipessoal, etc.

Como já mencionado, a CRFB/88 não estabelece distinções entre os membros de uma família, contudo, ainda preserva em sua literalidade um posicionalmente antiquado e até mesmo ultrapassado, ao definir que uma família é formada obrigatoriamente por um homem e uma mulher. Em contrapartida a esse pensamento que não mais condiz com a realidade, o Código Civil de 2002, a Doutrina e a Jurisprudência de forma majoritária reconhecem e defendem a pluralidade de famílias existentes.

Esclarece Barros (2002, p. 5-10 *apud* Madaleno, 2018, p. 45):

Mesmo os modelos de entidades familiares lembrados pela Constituição Federal de 1988 não abarcam a diversidade familiar presente na contemporânea sociedade brasileira, cujos vínculos provêm do afeto (feito um para o outro), mas não qualquer afeto [...] “O afeto é que conjuga. Apesar da ideologia da família parental de origem patriarcal pensar o contrário, o fato é que não é requisito indispensável para haver família que haja homem e mulher, nem pai e mãe. Há famílias só de homens ou só de mulheres, como também sem pai ou mãe. Ideologicamente, a atual Constituição Brasileira, mesmo superando o patriarcalismo, ainda exige o parentalismo: o biparentalismo ou o monoparentalismo. Porém, no mundo dos fatos, uma entidade familiar forma-se por um afeto tal – tão forte e estreito, tão nítido e persistente – que hoje independe do sexo e até das relações sexuais, ainda que na origem histórica não tenha sido assim.

Apesar de toda a preocupação que existe em proteger e assegurar a todos um sadio convívio familiar existem diversos acontecimentos e fatores que são capazes de destruir esse laço, um exemplo, é a deterioração do contato entre os familiares pelo divórcio, onde o fim do vínculo conjugal em alguns casos é acompanhado por sentimentos de rejeição, repúdio e gerando um clima de “guerra” entre os envolvidos, e como forma de exteriorizar esses sentimentos empenham-se em atingir o ex-cônjuge, através de atos que desmoralizam este aos olhos dos filhos, que acabam sendo usados como arma nesse processo.

Outra situação muito comum e que vem gerando a quebra do vínculo familiar, é a constituição de uma nova família, onde o ex-cônjuge ao constituir outra família, acaba sendo influenciado pelo atual companheiro, o que por muitas vezes ocasiona o abandono efetivo dos filhos frutos da relação anterior.

Apesar de serem situações com sujeitos passivos opostos, ambas são consideradas alienação parental, pois o alienador se valendo da vulnerabilidade das vítimas, busca afastá-las de seus familiares ou mesmo romper de forma definitiva este vínculo.

Conforme apresentado, um convívio familiar sadio é um direito inerente a todos, levando em consideração essa premissa e a vulnerabilidade em que muitos idosos se encontram por não possuírem mais pleno discernimento, é que será analisado se o idoso pode/deve ser amparado pela lei de alienação parental.

### **3 OS DIREITOS DOS IDOSOS NO BRASIL**

Os idosos sempre foram considerados mais frágeis quando comparados ao restante da população, isso se deve ao fato de que, o envelhecimento trás consigo algumas limitações, o que faz com que muitos percam parte de sua autonomia, fazendo com que as pessoas os tratem de maneira desigual. Assim, Madaleno (2013, p. 46) pontua:

Discriminado e isolado pela família e pela sociedade por culpa de sua fragilidade física e mental, deixa o idoso de ser considerado útil e experiente, e passa a representar um peso morto na produtividade, notadamente diante das rápidas transformações tecnológicas, e da facilidade com que os mais jovens se adaptam ao seu aprendizado.

Este problema vem aumentando de forma considerável a cada dia, pois os idosos estão sendo tratados como seres ultrapassados, diante de tantas inovações tecnológicas que surgiram e ainda estão surgindo. Neste sentido, é necessário analisar as mudanças trazidas pela Constituição Federal e pelas demais leis infraconstitucionais que buscam assegurar direitos aos idosos.

Aos idosos é garantida a proteção integral, proteção essa que tem sua base na Constituição, o que faz com que alguns doutrinadores considerem a CRFB/88 o marco inicial de proteção e garantia aos direitos dos idosos no ordenamento jurídico brasileiro, por ter sido ela a primeira Constituição Brasileira a criar artigos específicos para protegê-los, conforme defende Moreno (2007, p. 153-154):

Sendo a função da Constituição garantir os direitos fundamentais do homem, podemos dizer que os idosos tiveram seus direitos essenciais respeitados. Apesar de não terem sido privilegiados nas constituições anteriores, não foram esquecidos quando da promulgação da Carta Magna de 1988, tendo papel importante na colocação do direito a uma velhice digna. O ponto maior, a emprestar sustentação ao direito à velhice digna, não se refere diretamente aos idosos, pois se trata do aspecto de que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

A Constituição de uma maneira geral, garante a todos indistintamente direitos fundamentais, tendo como pilares os princípios de igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, sendo o idoso contemplado especificamente em alguns artigos.

Além da constituição, outras legislações infraconstitucionais como, a lei 10.741/2003, mais conhecida como estatuto do idoso, também busca assegurar direitos aos idosos, como o art. 3º que trás um rol exemplificativo de direitos que são assegurado a eles, o qual é dever da família, comunidade, poder público e a sociedade zelar pela sua afetiva aplicação. Já o art. 2º prevê alcance integral de proteção aos direitos fundamentais, conforme exposto:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Brasil, 2003).

Alguns autores apontam que o direito do idoso a um envelhecimento digno é tão importante, que pode ser considerado um direito fundamental, conforme dispõe Ramos (2014, p. 73-74):

[...] e tornar-se velho é um direito humano fundamental, já que é a própria expressão do direito à vida, que precisa ser garantida até quando a programação biológica permitir. Ademais, a velhice é decorrência de condições sociais favoráveis de existência ou dos avanços da tecnologia médica ou ainda de ambos. Se resultado de condições favoráveis de existência, ótimo, o Estado cumpriu seu papel; se não, a dignidade humana está sendo aviltada, porque o modelo social tendo permitido que as pessoas vivam mais, precisa assegurar-lhes condições mínimas de existência, dentro das conquistas incorporadas ao patrimônio comum da humanidade. Sendo assim, a velhice é um direito humano fundamental, porque expressão do direito à vida com dignidade, direito essencial a todos os seres humanos. Ademais, a velhice cumpre uma função social de extrema importância, que é justamente a de facilitar a continuidade da produção humana na ordem dos valores, daquilo que pode justificar a vantagem de viver e assegurar a qualidade de vida.

Encarar esse assunto como um direito fundamental, é um dos maiores passos para a efetivação dos direitos dos idosos, sendo ainda mais importante a conscientização da população, pois a população jovem de hoje, serão os idosos do amanhã, e a luta pelo reconhecimento dos direitos dos idosos hoje, nada mais é do que uma garantia para o futuro de todos que chegaram à velhice.

### 3.1 ESTATÍSTICAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002, ao tratar de abusos cometidos contra idosos, definiu que eles podem ser cometidos tanto por ação quando por omissão, podendo ser intencionais ou involuntários, físico e psicológico, sendo caracterizado por tanto como abuso, qualquer ato que submeta o idoso a dor e sofrimento. No mesmo sentido o estatuto do idoso em seu art.19, § 1º “[...] considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico” (Brasil, 2003).

Machado e Leal (2018) observam que a violência caracteriza como violência física, psicológica, preconceito, desprezo, causando assim, uma profunda tristeza, podendo levá-los a depressão.

Para Koyama (2017), muitos acham que não respeitar, não ouvir, não permitir que eles se expressem livremente e tirar parte de sua autonomia, não é caracterizado como violência, mas é violência, pois causam uma lesão na individualidade e na subjetividade, de seus desejos e vontades.

Levando em consideração a amplitude de atos considerados como abuso, é possível dividi-los em várias categorias, conforme OMS (2002, p.148 -149):

Abuso físico - inflicção de dor ou lesão, coação física, ou domínio induzido pela força ou por drogas; · abuso psicológico ou emocional - inflicção de angústia mental; · abuso financeiro ou material - exploração ilegal ou imprópria, ou uso de fundos ou recursos do idoso; · abuso sexual - contato sexual não consensual, de qualquer tipo, com o idoso; · negligência - recusa ou falha em desempenhar a obrigação de cuidar do idoso. A negligência pode ou não envolver uma tentativa consciente ou intencional de infligir sofrimento físico ou emocional no idoso.

Apesar da existência de diversas leis, visando proteger os idosos, o índice de violência contra os mesmo, ainda é muito elevado e vem aumentando de forma considerável a cada ano, e o que é mais impressionante, é que a maior parte dos casos são praticados dentro do âmbito familiar, fazendo com que o lugar que deveria ser cercado de proteção e ao mesmo tempo ser exemplo de respeito direitos idosos perante a sociedade, se torne uma ameaça.

Figura 1 – Denúncias durante a pandemia do Covid-19, mar./jun. 2020.

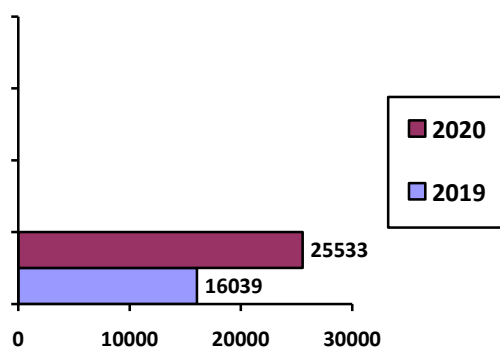
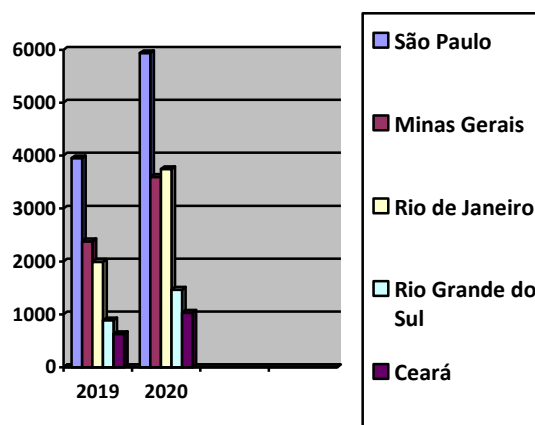


Figura 2 – Estados com maiores índices de denúncias. 2019-2020.



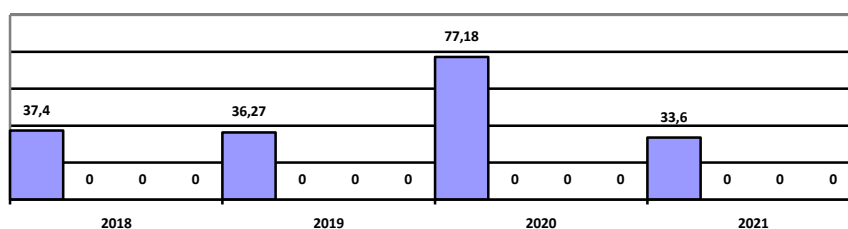
Fonte: Lüder, 2021.



Em 2016, 'O disque 100' recebeu mais de 30 mil denúncias relatando algum tipo de violência contra os idosos, sendo que, 48% estão ligadas a negligência, 26% violência doméstica, 20,32% violência patrimonial e 5,68% abarcam outras espécies de violência contra eles (Participação Popular, 2017).

A Figura 1 revela que, durante a pandemia da Covid-19, em igual período de março a junho, foram registradas aproximadamente 25.533 denúncias em 2020, um crescimento de 59%, quando comparado com 2019. Entre os estados do Brasil, São Paulo apresenta o maior índice, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará, ressaltando um aumento de denúncias em todos os estados durante a pandemia (Figura 2).

Figura 3 – Número de denúncias. Comparação 2018 – 2021.1.



Fonte: Agência Brasil, 2021.

A Figura 3 apresenta o número de denúncias nos de 2018 a 2021.1, destaca-se a ocorrência desta violência, antes da pandemia e seu agravamento, como se verifica em 2020, um incremento de 53%, em relação a 2019.

Quanto ao local da violência, a Fiocruz (2019) relata que mais de 60% dos casos de violência contra os idosos, ocorre dentro do próprio lar, as quais têm como autores os próprios familiares, sendo que “[...] Dois terços dos agressores são filhos, que agredem mais que filhas, noras ou genros, e cônjuges, nesta ordem. Os idosos quase não denunciam, por medo e para protegerem os familiares”.

Apesar do elevado número de violências registradas, sabe-se que esse numero é bem maior, pois boa parte dos idosos não chegam a fazer denúncia, seja por não possuírem capacidade física e psíquica ou até mesmo por medo da reação dos familiares e por não querer vê-los presos/responsabilizados, visto que, os

agressores na maior parte da vezes, são os companheiros, filhos e até mesmo netos.

Todo este cenário pode ainda se agravar, quando projeções apontam que a população brasileira até 2050 terá sua população idosa quase triplicada, passando essa população de 19,6 milhões no ano de 2010 para 66,5 milhões até 2050, pois a expectativa de vida dos brasileiros passara de 75 anos para 81 anos (Correio Braziliense, 2016). Em outro estudo, o IBGE, em 2018, apontou que pelo menos  $\frac{1}{4}$  da população em 2060, terá mais de 65 anos, essa projeção chegou a detalhar a expectativa de vida dos brasileiros em alguns estados, como no estado de Santa Catarina, que passará de 79,7 anos para 84,5 anos, Maranhão de 71,1 anos para 77,0 anos (IBGE, 2018).

Nesse contexto, Ramos (2014, p. 159) aponta a necessidade de se exigir do estado e da sociedade ações concretas, para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas idosas.

Assim, com o aumento da expectativa de vida e com a projeção de aumento dessa população nos próximos anos, é insuficiente apenas a existência de leis, necessário se faz a implementação de políticas públicas que reforcem e tornem efetivos esses direitos, e a conscientização de população idosa de que esses direitos existem e que estão ali para protegê-los, bem como se deve cobrar uma atuação mais pontual por parte das autoridades.

#### **4 A VULNERABILIDADE DOS IDOSOS E A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL**

A palavra vulnerabilidade traduz/transmite uma fragilidade em que uma pessoa se encontra em razão de determinada circunstância, podendo ser visto muitas vezes como o lado mais fraco de um assunto ou de uma questão. O que tras para muitos a ideia de vítima, mas a palavra vulnerável não pode ser confundida com a palavra vitima, vista que, nesta, já ocorreu a lesão, enquanto na outra a exposição ao risco é constante, em razão de suas condições ou circunstancias especiais (Afonso, 2013).

Para Moraes, Lima e Lima (2016), o envelhecimento está diretamente ligado à vulnerabilidade/fragilidade, mesmo com a ausência de definições que façam esta ligação direta entre os conceitos.

É inegável que ao atingir determinada idade, a um grande aumento de fragilidade física e psíquica, pois com o processo de envelhecimento a naturalmente a diminuição de uma serie de capacidades, que acabam interferindo na aprendizagem, inteligência, memória e na cognição (Afonso, 2013).

Diante disso, muitos são os desafios enfrentados diariamente pelos idosos, pois precisam viver em uma sociedade, carregando o peso de suas condições que os colocam em um pé de desigualdade, os tornando vulneráveis em vários aspectos, sendo tratados pela sociedade como incapazes administrar a própria vida (Carolino; Cavalti; Soares, 2009).

Com isso, muitos comparam o envelhecimento á infância, pois ambas as fases enfrentam períodos de mudanças e transformações em seu cotidiano, sendo para o idoso, o que já foi e para a criança, o vir a ser, o que gera muitas semelhanças entre eles, os tornam sujeitos diferenciados, devendo portanto serem vistos com um olhar mais atento, para que sejam notadas suas particularidades (Sé, 2016).

A comparação vai muito além das transformações enfrentadas por eles diariamente, outro ponto em comum é a fragilidade, pois em muitas situações eles não conseguem responder por seus atos e se defender, necessitando assim, de ajuda de terceiros, o que os tornam muitas vezes dependentes para realizar atividades ou tomar de decisões cotidianas, o que os coloca na mesma situação de vulnerabilidade (Rosa, 2019).

Assim, ambos se tornam seres dependentes aos olhos da sociedade, não possuindo mais autonomia nem mesmo para gerir a própria vida (Sé, 2016).

O que faz surgir a necessidade de que as políticas públicas de proteção á pessoa idosa se tornem efetivas, pois infelizmente no Brasil ainda não foi possível alcançar um patamar mínimo para promover um ambiente saudável e acolhedor para eles, o que minimizaria a vulnerabilidade social enfrentada (Carolino, Cavalti, Soares, 2009).

#### 4.1 O IDOSO COMO SUJEITO DE DIREITO

Envelhecer de maneira digna, sem sofrer transgressões ou violências, é um direito que deve ser assegurado a todos, devendo o Estado, a família e a sociedade zelar por este direito.

Mas para isso se concretizar, é necessário se desligar dessa velha concepção de que a pessoa idosa é dependente, incapaz e que não possui discernimento para tomar suas decisões, pois a velhice não acarreta necessariamente a incapacidade, mas apenas algumas limitações que são inerentes ao processo de envelhecimento (Dias, 2015).

Barbedo (2014) esclarece que apesar de não serem incapazes, por terem sua capacidade reduzida, os idosos podem sofrer interferências psicológicas causadas por terceiros, o que pode interferir nos vínculos familiares, causando até mesmo o repúdio a outros familiares, e a quebra do vínculo familiar.

No mesmo sentido, Bertoline (2019) aponta que a vulnerabilidade em que alguns idosos se encontram, faz com que se tornem vítimas mais suscetíveis, pois diante da dependência que muitos ficam em relação a terceiros, estando dependente da ajuda e cuidado do alienador, faz com que essa pessoa controle todos os setores da vida do idoso e ao mesmo tempo vai o colocando em um total isolamento.

Conforme explanado, a pessoa idosa mesmo sendo plenamente capaz e mesmo diante de vários institutos constitucionais e infraconstitucionais que visam proteger seus direitos, cada vez mais, elas veem sofrendo com o instituto da alienação parental:

Ao estudar a alienação parental, para a produção desta cartilha, deparamo-nos com a constatação de que, esta ocorre, com frequência maior do que se imaginava, também, com os nossos idosos e que, a legislação vigente não tem alcançado essa camada da população (Borges, 2014, p. 2).

Apesar de diversas leis visando assegurar direitos aos idosos, envelhecer ainda não é vista por muitos como um direito inerente ao sujeito que se encontra nessa faixa etária, por isso muitos idosos são alvos violência, o que vem aumentando de forma alarmante nos últimos anos.

Por serem mais vulneráveis, os idosos se tornam sujeitos passíveis de sofrer alienação parental, tendo ela na maioria das vezes como sujeito alienante os próprios filhos, parentes próximos, cônjuge e cuidadores, fazendo com que o idoso alienado se afaste dos demais (Akiyama, 2019).

A maior parte dos casos relatados são causados por vingança e por outros motivos egoístas, o que em muitos casos está ligado a multiplicidade de arranjos

familiares, seja sanguíneo ou por afinidade, o que faz com que um familiar busque acabar com a relação de afeto e a convivência do alienado com os demais familiares.

Apesar de estar comprovado que muitos idosos estão sofrendo essa violência, eles ainda não estão incluídos na lei 12.318/10, lei essa que visa proteger crianças e adolescentes contra a alienação parental.

Os idosos por serem mais frágeis, física e emocionalmente, estão suscetíveis à alienação parental, assim como as crianças, pois acreditam no que as pessoas falam, não conseguindo perceber a real intenção do alienante e os interesses por trás de seu comportamento, se tornando alvos mais fáceis (Miltre, 2019).

Muitas são as semelhanças entre as crianças e os idosos, o que trás a indagação, sobre a possível aplicação da lei de alienação parental de forma extensiva aos idosos, visto que, tanto o estatuto da criança e do adolescente como o estatuto do idoso, possuem em seu conteúdo normativo situações idênticas em que esses grupos etários devem amparados, prevendo a aplicação de medidas protetivas quando da violação de seus direitos ou sua exposição, conforme exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2003):

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

No mesmo sentido, o Estatuto do Idoso dispõe que no que concerne ao idoso, as medidas de proteção deverão ser aplicados quando os direitos protegidos pelo respectivo Estatuto for violados ou sofre ameaça de violação através de ação ou omissão da sociedade ou mesmo do Estado, pela falta, omissão ou por abuso da família, do curador ou então da entidade de atendimento, e por fim em razão da sua condição social.

Deste modo, mesmo não havendo previsão no estatuto do idoso nem na lei de alienação parental, de medidas para proteger os idosos de condutas caracterizadas como alienação parental, por se encontra nesta situação, deve ser aplicado o princípio da proteção integral, quando constatada (Miltre, 2019).

Logo, faz-se necessário o preenchimento desta lacuna existente, devendo ser aplicado de forma analógica a lei de alienação parental aos idosos que se encontram em situação semelhante, pois ambos se encontram vulneráveis.

Assim, ao idoso deve ser assegurado o convívio familiar saudável, que somente pode ser afastado quando essa opção parte do próprio idoso, sem estar sofrendo interferência de terceiros.

Ao abordar a evolução do tema analisado, é necessário dar ênfase à posição da juíza Ângela Regina Gama da Silveira Gutierrez Gimenez, da 1ª Vara das Famílias e Sucessões de Cuiabá/MT, em 2014, a magistrada quando questionada sobre a Alienação Parental, apontou que os idosos necessitam ser abrangida pela lei 12.318/10, pois se encontram desprotegidos contra esses abusos (Borges, 2021).

Logo, por ser semelhante a vulnerabilidade do idoso e da criança/adolescente, ambos as vítimas, não pode ser negado ao idoso o direito de ser abrangido pela referida lei mediante aplicação analógica.

#### 4.2 CASOS JURISPRUDENCIAIS

Devida a complexidade dos arranjos familiares e da constante comprovação de idosos sofrendo alienação por partes deles, vem sendo aplicada a lei de alienação parental em muitos casos, visto que, se tornou comum em casos de desavenças familiares, um filho ou outro familiar começar a denegrir a imagem dos outros parentes, mediante invenções, aproveitando-se da fragilidade e da confiança do idoso, para afasta-lo do convívio com os demais.

Vale destacar que a lei 12.318/10 só vem sendo aplicada de forma analógica aos casos, devido à lacuna existente no estatuto do idoso, pois apesar de nesta lei estar prevista vários direitos assegurados aos idosos, como também inúmeras condutas que são considerada violência contra o mesmo, o estatuto é silente quando a possibilidade do idoso poder ou não ser vítima de alienação parental.

Diante da escassez de norma que trate sobre assunto e da gravidade dessa conduta, vem sendo aplicado a analogia e até danos morais contra alienador, conforme se pode perceber na ementa proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO FAMILIAR DISSIDENTE DAS PARTES, IRMÃS ENTRE SI, EMRELAÇÃO À GENITORA. ELEMENTOS ANÁLOGOS À ALIENAÇÃO PARENTAL EM RAZÃO DO ESTADO DE VULNERABILIDADE E DOENÇA DA GENITORA. PONDERAÇÃO DOS DEVERES, DIREITOS E PRESSUPOSTOS DAS RELAÇÕES FAMILIARES. UTILIZAÇÃO ARBITRÁRIA DE ABUSOS ANÁLOGOS A MEDIDAS RESTRITIVAS, SEM AMPARO EM DECISÃO JUDICIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESSUPOSTOS CONFIGURADOS. DANO MORAL RECONHECIDO. RECURSO DESPROVIDO. [...] Tendo em vista o estado de vulnerabilidade da genitora e a patologia específica, o caso não deixa de se parecer com aquele da alienação parental, ao inverso. Em verdade, o que se observa são medidas, próprias daquelas protetivas do Direito de Família, como interdição, tomadas de forma arbitrária e ao arrepio da Lei e dos ditames que regem as relações familiares. O ato de privar a irmã do contato com a genitora, sponte sua, independentemente de autorização judicial e dadas as circunstâncias do caso, gera dano moral indenizável. (TJSC, Apelação n. 0006690-70.2012.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rel. Des. Domingos Paludo, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 25-08-2016) (SANTA CATARINA, 2016).

O Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), no enunciado nº 08, afirmou que: “O abandono afetivo pode gerar direito à reparação pelo dano causado” (IBDFAM, 2015). O artigo 6º da Lei de alienação parental, no mesmo sentido, aponta que quando detectado que a alienação parental, o alienador poderá ser responsabilizado civil e penalmente, também podendo ser usado outros meios para inibir os efeitos causados pela alienação (Brasil, 2010).

Uma das causas pioneiras em que a o afastamento entre pais e filhos na velhice, é o fato de haver inimizade entre os filhos, estando o idoso residindo com um dos filhos a muita dificuldade para os demais filhos poderem vê-lo.

O Tribunal de Justiça gaúcho ao julgar, em 2015, o agravo de instrumento nº 7005668886451, o qual a agravante pleiteava o direito de poder visitar sua mãe diariamente, visto que só podia visita-la uma vez na semana, pois a mãe residia com outra filha, ou seja, irmã da apelante, o recurso foi negado, pois as irmãs não possuem uma boa relação e essa convivência diária poderia trazer mais prejuízos a mãe que já é idosa, sendo portanto restringido o convívio entre mãe e filha pelo fato da apelante não se dar bem com a irmã que é a cuidadora da idosa.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS À IDOSA. ANIMOSIDADE ENTRE OS FILHOS. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DAS VISITAS. DECISÃO MANTIDA. Considerando a animosidade existente entre as partes, aliada ao fato de que está assegurado aos agravantes o direito de convívio com a genitora interdita, entendo prudente a manutenção da fixação provisória da visitação até que seja realizado estudo social. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (AI Nº 70065945172, Sétima

Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Julgado em 30/09/2015) (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

No mesmo sentido, em 2014, a apelação cível nº 2014004759952 julgada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, regulamentou as visitas entre filha e mãe, pois a genitora reside com uma das filhas, mas as irmãs possuem uma convivência insuportável, então ficou consignado que a filha poderá visitar sua genitora todos os dias, desde que seja nos horários que sua irmã/cuidadora não esteja em casa.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DIREITO DE VISITAS DA FILHA À GENITORA, QUE MORA NA CASA DE PROPRIEDADE DE SUA IRMÃ, RESIDENTE EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. IRMÃS QUE POSSUEM SÉRIO DESENTENDIMENTO FAMILIAR. INSURGÊNCIA DA RÉ, REQUERENDO A PROIBIÇÃO DE VISITAS DE SUA IRMÃ À SUA GENITORA. IMPOSSIBILIDADE. RESGUARDO AO MELHOR INTERESSE DA IDOSA EM SER VISITADA POR SUA FILHA. SAÚDE FRÁGIL DA MÃE QUE IMPOSSIBILITA DESLOCAMENTOS CONSTANTES. DIREITO À CONVIVÊNCIA ENTRE MÃE E FILHA QUE SE SOBREPÕE AO DIREITO DE PROPRIEDADE. SITUAÇÃO PECULIAR PARA A OCASIÃO DE VISITA DA FILHA REQUERIDA, QUE RESIDE NO RIO DE JANEIRO/RJ, À MÃE. [...]. REGULAMENTAÇÃO DAS VISITAS PARA ESTAS OPORTUNIDADES. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo obrigação da família assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. A convivência entre mãe idosa e filha que lhe presta todos os cuidados necessários, jamais deverá ser obstada por desentendimentos familiares que influenciam na saúde da genitora, especialmente quando esta reside na casa de propriedade de uma das filhas, residente em outro Estado da Federação, que proíbe a irmã de adentrar em sua residência. O direito de convivência entre a filha que reside na mesma cidade da mãe, mesmo que em casa diferente, se sobrepõe ao direito de propriedade da filha, que visita a genitora cerca de três vezes ao ano. Nas ocasiões em que a filha vem visitar a mãe e permanecer em sua propriedade, mostra-se prudente regulamentar o direito de visitas da outra, a fim de se evitar discussões que possam fragilizar ainda mais a saúde da genitora. (TJ-SC, Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 25/06/2014, Segunda Câmara de Direito Civil Julgado) (SANTA CATARINA, 2014).

Ao analisar essas jurisprudências que disciplinam sobre o direito que o idoso tem de ter um convívio familiar saudável, pode-se notar que quando esse convívio é prejudicado pela interferência de terceiros, o judiciário interferiu para assegurar o seu cumprimento, e em alguns casos, além de regulamentar o direitos dos filhos



visitarem seus genitores quando estão sendo impedidos pelos irmãos, chegou a fixar dano moral, por ser considerada a alienação parental uma violência.

Apesar de não ser unânime o entendimento dos tribunais quanto aplicação da lei 12.318/10 aos idosos, o fato de reconhecerem que alguns idosos em razão de suas condições pessoais são vulneráveis, faz com que a referida lei aplicada quando detectada a alienação parental e a vulnerabilidade do idoso.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou compreender se a lei de alienação parental pode ser aplicada aos idosos no âmbito familiar.

Na análise desenvolvida, verificou-se que entre as mudanças ocorridas no seio familiar, algumas são negativas e vem chamando atenção do poder judiciário, entre elas o fenômeno da Alienação parental.

A Alienação Parental é uma agressão psicológica, na qual o alienador usando de sua influência e da confiança que possui da vítima, busca afastá-la das demais pessoas, isso acontece com muita frequência nas famílias, tendo como personagens principais os pais e seus filhos. Neste caso um genitor que geralmente é o guardião da criança começa a inventar e distorcer situações para que o filho se afaste do outro genitor. Este fenômeno vem se destacando, devido ao grande aumento de divórcios e rupturas familiares.

Nesse contexto, em 2010 foi sancionada a lei 12.318, a qual descreveu várias condutas que são consideradas como alienação, bem como os sujeitos que podem ser vítimas, sendo apenas as crianças e os adolescentes. Esta lei trouxe um rol taxativo de vítimas, todavia há um sujeito que apesar de ter sido ignorado, cada vez mais tem sofrido com o fenômeno da alienação parental, a saber: o idoso.

A alienação parental contra o idoso não é um fato novo, mas ganhou muito espaço na atualidade devido ao fato das pessoas se casarem mais de uma vez, possuindo assim, muitos filhos; também pelo fato de ir residir com algum filho quando já se encontra em idade avançada, e esse não se dar bem com os demais irmãos ou pelo fato de muitos considerarem a idade como sinônimo de incapacidade.

Diante disso, nota-se que existe uma lacuna no que se refere à proteção do idoso, pois a lei 12.318/10 por ter um rol taxativo, exclui os idosos da proteção contra a alienação parental.

Os idosos recebem proteção especial por meio de vários atos normativos, a Constituição o elenca como sujeito que deve receber proteção especial, e a lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) buscou meios para efetivar o acesso dos idosos aos direitos fundamentais.

Apesar da Constituição e do Estatuto protegerem e garantirem aos idosos vários direitos, estes são omissos quanto à proteção contra a alienação parental, surgindo indagações de como proteger a população idosa e caso detectada a alienação e a vulnerabilidade pode ser aplicada a lei 12.318/10?

Na pesquisa realizada, constatou-se que sua aplicação pode ser baseada na semelhança que existe entre os idosos e as crianças, semelhança que em algumas situações é reconhecida até mesmo pelo estado, como na Constituição que prevê proteção especial para ambos. Ao analisar o estatuto do idoso e o estatuto da criança e do adolescente, observa-se que a ambos é assegurada a proteção integral, para que os mesmos possam usufruir de todos os direitos fundamentais.

A vulnerabilidade das crianças/adolescentes e idosos os tornam sujeitos próximos, ainda que por motivos diversos. Assim, o estado considera ambos como vulneráveis, demandando uma proteção especial em situações de alienação parental, pois a premissa para a ocorrência dessa alienação reside no fato do alienador usar a fragilidade/vulnerabilidade da vítima para cometer tal conduta.

Dessa forma, a doutrina é quase unânime sobre a possibilidade de aplicação por analogia a lei 12.318/10 aos casos em que o idoso está sofrendo alienação, visto que é necessário o preenchimento da lacuna existente. Ao analisar algumas jurisprudências, apesar de muitas não falarem de forma expressa da alienação, é possível notar que toda aquelas demandas envolvendo regulamentação de visita e fixando até mesmo dano moral é algo que decorre diretamente da alienação parental, que os pais estão sofrendo por parte dos próprios filhos.

Diante disso, conclui-se que não é apenas possível, mas também é necessária a aplicação da lei de alienação parental aos casos envolvendo os idosos, pois seria uma analogia para beneficiar a população idosa, visto que eles nesse caso encontram-se nas mesmas condições dos sujeitos abarcados pela lei de alienação parental não podendo, portanto ficar desamparados.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Luiz Fernando. **Publicidade abusiva e proteção do consumidor idoso**. São Paulo: Atlas, 2013.

AKIYAMA, Paulo. Alienação parental inversa. **A Cidade Jornal de Votuporanga**. Votuporanga, 06 ago. 2019. Disponível em: <http://www.acidadevotuporanga.com.br/artigo/2019/08/alienacao-parental-inversa-n57049>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BARBEDO, Cláudia. A possibilidade de ser estendida a lei de alienação parental ao idoso. **Rev. Eletr. Ad Judic**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2014, p. 1-11. Disponível em: <http://www.reaj.org.br/revista/colunista/claudia-barbedo/19>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BORGES, Shiela. Alienação Parental, uma síndrome contra crianças e idosos. **O Documento**, 05 jun. 2014. Disponível em: <http://www.odocumento.com.br/entrevista/alienacao-parental-umasindrome-contra-criancas-e-idosos,145>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 101 de 03.07.2019. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm). 27 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. População de idosos vai triplicar até 2050 no Brasil, revela pesquisa. **Correio Braziliense**, Brasília, DF: 2016. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/08/30/internas\\_economia,546485/populacao-idosa-vai-triplicar-ate-2050-revela-pesquisa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/08/30/internas_economia,546485/populacao-idosa-vai-triplicar-ate-2050-revela-pesquisa.shtml). Acesso em: 09 set. 2021.

GRANDRA, Alana. Aumentam casos de violência contra pessoas idosas no Brasil. Isolamento social aumentou número de denúncias. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro,

15 de julho de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-06/aumentam-casos-de-violencia-contrapessoas-idosas-no-brasil>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CAROLINO, Jaqueline Alves; BARRETO CAVALCANTI, Patrícia; SOARES, Maria de Lourdes. Vulnerabilidade Social da População Idosa e a Necessidade de Políticas de Proteção como Mecanismo de Inclusão Social. **Qualitas Rev. Eletr. Campina Grande**, v. 9, n. 1, p. 01- 16, 2009. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/688>. Acesso em: 19 out. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

FIOCRUZ. **Mais de 60% dos casos de violência contra a pessoa idosa ocorrem nos lares**. Fiocruz: Brasília, DF: 2019. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/mais-de-60-dos-casos-de-violencia-contrapessoa-idosa-ocorrem-nos-lares/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

IBGE. **Projeção da população 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. IBGE: Brasília, DF: 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em: 16 ago. 2021.

IBDFAM. **Enunciado nº 08**: o abandono afetivo pode gerar direito à reparação pelo dano causado. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2015. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/conh-eca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam>. Acesso em: 26 ago. 2021

KOYAMA, Gislene Gomes dos Santos Assumpção. Ao tratar o idoso como criança, contribuímos para seu declínio! **Portal do envelhecimento**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/ao-tratar-o-idoso-como-crianca-contribuimospara-seu-declinio/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LÜDER, Amanda. Cresce 59% o número de denúncias de violência contra o idoso no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Globo News**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/29/cresce-59percent-o-numero-de-denuncias-de-violencia-contrao-idoso-no-brasil-durante-a-pandemia-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MACHADO, Anailza Maria Gomes Machado; LEAL, Láydna Nandhara Barros. A proteção integral aos idosos e suas implicações na ocorrência de um dano afetivo. **Rev. Cient. da Acad. Bras. de Dir. Civil**. Juiz de Fora, v. 2. n. 1, p. 76-87, 2018. Disponível em: <https://abdc.emnuvens.com.br/abdc/article/view/15/11>. Acesso em: 9 ago. 2021.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MILTRE, Jaqueline Leite da Silva. Alienação parental de idoso por analogia à alienação parental da criança e do adolescente. **Migalhas**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI310635,41046-Alienacao+parental+de+idoso+por+analogia+a+alienacao+parental+da>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MORAIS, Lindocastro Nogueira de; LIMA, Jhêssica Luara Alves de; LIMA, Carmem Tassiany Alves. Proteção estatal para a pessoa idosa em razão de sua vulnerabilidade. **Âmbito jurídico**, revista 153, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitocivil/protecao-estatal-para-a-pessoa-idosa-em-razao-de-sua-vulnerabilidade/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MORENO, Denise Gasparini. **O Estatuto do Idoso**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial de Saúde, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. 17 ago. 2021.

PARTICIPAÇÃO POPULAR. **Violência contra o idoso**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/524124-violencia-contra-o-idoso/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 70056688864**, Oitava Câmara Cível. Relator: Des. Alzir Felipe Schmitz, Julgado em 14/11/2013. Disponível em: [http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/consulta\\_processo.php?nome\\_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao\\_fonetica=1&tipo=1&id\\_comarca=75300&num\\_processo\\_mask=70056688864&num\\_processo=70056688864&codEmenta=5552476&temIntTeor=true](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=75300&num_processo_mask=70056688864&num_processo=70056688864&codEmenta=5552476&temIntTeor=true). Acesso em: 29 ago. 2021.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROSA, Gal. **Criança e idoso**: você acha que a infância e a velhice têm coisas bem parecidas? 2019. Disponível em: <https://www.aterceiraidade.net/infancia-e-velhice/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **Apelação cível nº 20140047599**. Relator: Des. João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 25/06/2014, Segunda Câmara Cível. Disponível em:

<http://tjsc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25217504/apelacao-civel-ac-20140047599-sc-2014004759-9-acordao-tjsc/inteiro-teor-25217505>. Acesso em: 29 ago. 2021a.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **APL: 0006690-70.2012.8.24.0005**, de Balneário Camboriú. Relator: Domingos Paludo. Data do julgamento: 25/08/2016, Primeira Câmara de Direito Civil. Disponível em: <https://tjsc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/944380756/apelacao-apl-66907020128240005-balneario-camboriu-0006690-7020128240005>. Acesso em: 26 ago. 2021b.

SÉ, Elisandra Vilella Gaspareto. Semelhanças entre infância e velhice. **Vya estelar**, 2016. Disponível em: <https://www.vyaestelar.com.br/post/5534/semelhancas-entre-infancia-e-velhice>. Acesso em: 18 ago. 2021.